

A photograph of a man in a red t-shirt and a patterned wrap around his waist, looking upwards in a lush, green forest. The background is filled with various trees and foliage, creating a dense and vibrant scene. The man is positioned on the left side of the frame, with his right arm extended towards the trees.

Partnerships for
Forests




Como a política e a regulamentação podem promover negócios sustentáveis focados na floresta:

apoiando o desenvolvimento de uma bioeconomia nacional colombiana

Junho 2022

Atualizado em Abril 2023



A Colômbia é um modelo em potencial de como as políticas públicas podem apoiar o desenvolvimento de negócios sustentáveis e favoráveis às florestas, e desenvolver uma bioeconomia que ajude a mitigar as mudanças climáticas, combater o desmatamento e apoiar o crescimento econômico. Este estudo de caso compartilha detalhes sobre o modelo colombiano e como uma série de atividades apoiadas pelo P4F contribuíram para isso, incluindo:

- ① Apoio à articulação institucional que resultou em um Decreto de Políticas Públicas Colombiano atualizado (690/2021), que forneceu marco legal para a produção de produtos florestais não madeireiros (PFNMs).
- ② Articulação à participação multissetorial no processo de consulta do Decreto, que resultou no desenvolvimento dos procedimentos técnicos necessários e protocolos específicos para seis espécies de três regiões diferentes.
- ③ Estabelecimento de um processo de licenças para PFNMs mais eficiente e eficaz – por exemplo, com quatro em cada cinco solicitações de licença aprovadas para três empresas florestais no portfólio do P4F: Naidiseros del Pacífico SAS, Planeta SAS and Corpocampo.

*Todas as entrevistas para este estudo de caso foram realizadas entre março e maio de 2022.



Foto Fred Mauro

Introdução

A bioeconomia na Colômbia é definida como uma economia que gerencia de forma eficiente e sustentável a biodiversidade e a biomassa para gerar novos produtos, processos e serviços de valor agregado baseados no conhecimento e na inovação. A visão de crescimento centrada na utilização sustentável dos recursos florestais nativos como meio de trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais tem estado no centro dos planos do país para o desenvolvimento econômico rural após o conflito. Tal processo é evidenciado pela Política de Recuperação Sustentável Nacional da Colômbia, que afirma que "a bioeconomia é uma oportunidade de aproveitar o conhecimento e o capital natural do país como força para o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a sustentabilidade ambiental" ([CONPES 3934](#)).

De acordo com o [IDEAM](#) em 2021, cerca de 52,3% do território colombiano, ou 59,7 milhões de hectares, estavam cobertos por florestas naturais. Segundo o Sistema Nacional de Áreas Protegidas, o país possui atualmente 60 áreas naturais protegidas, cobrindo 22,9 milhões de hectares, que correspondem a 11,1% do território. Apesar desse potencial, menos de 2% desta terra está sob qualquer forma de gestão sustentável para atividades econômicas. Além disso, de acordo com o Instituto de Hidrologia, Meteorología y Estudios Ambientales (IDEAM), sistema oficial de monitoramento nacional, o desmatamento vem aumentando desde 2010. Em 2021, a Colômbia perdeu quase 174.103 hectares de

floresta natural, o que corresponde a um aumento de 1,5% em relação a 2020.

Para incentivar a proteção das florestas em pé, a comercialização de produtos florestais não madeireiros (PFNMs) poderia ajudar o governo a alcançar seu compromisso com a Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra, assinada na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), em 2021, bem como seus Planos de Crescimento Verde e Negócios Verdes. Com um mercado estimado em US\$ 50 bilhões até 2050, os PFMNs também podem garantir o uso sustentável da flora selvagem para assegurar sua presença nas gerações futuras.

"A Colômbia precisa se apresentar mais como um líder importante no campo dos PFMNs e da bioeconomia. Temos oportunidades com o novo objetivo de proteger 30% da biodiversidade do planeta até 2030 e, com os acordos alcançados na COP26, de melhorar as metas em relação à biodiversidade, às mudanças climáticas e à sustentabilidade".

Sandra Sguerra, Conselheira do Ministério do Meio Ambiente, anteriormente no Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Nacional da Colômbia – NDP

Quase [52,8% das florestas colombianas](#) são gerenciadas coletivamente por populações indígenas, afrodescendentes e rurais. Uma barreira fundamental para escalar o setor de bioeconomia na Colômbia foi a falta de regulamentos específicos e inclusivos para a colheita sustentável de PFNMs. O marco legal do país para o uso comercial de PFNMs foi baseado em regulamentos promulgados em 1974 e atualizados em 1996. Sob o marco legal de 1996 (decreto 1791 - Régimen de Aprovechamiento Forestal), o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia (MADS) estimou que o número de licenças emitidas estava relacionado a menos de 10% das operações comerciais existentes, o que significa que a indústria de PFNMs do país é em grande parte informal e não é legalmente reconhecida. Como resultado, muitas comunidades e empresas rurais não foram capazes de produzir planos de negócios baseados em PFNMs, e o setor enfrentou dificuldades em atrair o capital necessário para realizar seu potencial.

Em 24 de junho de 2021, um novo regulamento foi assinado por Ivan Duque, ex-presidente da Colômbia, na forma do Decreto 690/2021, fornecendo uma base legal para o uso de PFNMs. O decreto abrange várias commodities, incluindo frutas, folhas, cascas, sementes, resinas, raízes e outras partes com possível valor comercial, colhidas da flora silvestre colombiana. A legislação se propõe a conservar esses recursos renováveis e promover uma cultura em que o uso sustentável da flora colombiana seja sensível aos costumes das comunidades indígenas. O texto permite que indivíduos, associações e empresas envolvidos na cadeia de valor atuem sob um marco legal bem definido, estabelecendo diretrizes claras para todas as entidades envolvidas.

“Com o objetivo de desenvolver uma economia sustentável que proteja nossa riqueza natural e acabe com as ameaças ao nosso ecossistema, assinamos hoje o Decreto 690 em conjunto com nosso Ministério do Meio Ambiente, que determina a gestão sustentável da flora silvestre e dos PFNMs em nossos territórios”.

[Ivan Duque](#), ExPresidente da Colombia (2018-2022)

Este estudo de caso resume o status, as realizações, as lições e os desafios da iniciativa "Unleashing Non-

Timber Forest Products", que visa melhorar o ambiente de negócios para os PFNMs na Colômbia. Financiada pelo governo do Reino Unido, a iniciativa começou como uma parceria entre a Partnerships for Forests (P4F), o Instituto de Investigaciones Alexander von Humboldt, o MADS e a Asociación Nacional de Empresarios de Colombia (ANDI), e forneceu apoio para atualizar a regulamentação anterior sobre o processo de emissão de licenças para PFNMs.

O processo de desenvolvimento incluiu práticas recomendadas, como: (1) assegurar que as partes interessadas tenham voz, e que as propostas políticas levem em consideração as necessidades das partes interessadas; (2) utilizar os melhores conhecimentos científicos disponíveis sobre a gestão dos ecossistemas e das espécies; (3) basear-se em sucessos e fracassos anteriores conhecidos nos regulamentos dos PFNMs; e (4) combinar a melhoria da regulamentação com outras condições favoráveis necessárias, tais como a capacitação das autoridades ambientais e o alinhamento com políticas mais amplas de utilização do solo.

Após a assinatura do decreto, a iniciativa buscou fortalecer o aparato institucional para garantir a devida implementação do decreto e sua resolução. A previsão é que o projeto seja encerrado em março de 2023.

"Este decreto promove o pensamento sobre o uso sustentável das florestas com a possibilidade de gerar produtos e cadeias de suprimentos. Portanto, ele contribuirá significativamente para a bioeconomia nacional".

[Felipe García](#), Cordenador de Estratégia de Bioeconomia, Instituto de Investigaciones Alexander von Humboldt



Sobre o projeto

O P4F iniciou um diálogo para apoiar o novo marco legal para os PFMNs na Colômbia no final de 2019. Na época, os principais problemas identificados estavam relacionados à falta de um conjunto detalhado e coerente de requisitos e procedimentos para a concessão de licenças para a produção comercial de PFMNs. As autoridades ambientais regionais, que eram responsáveis pela emissão de licenças, não tinham capacidade e informações sobre como conseguir isso, dada a ausência de especificidades na regulamentação existente: informações díspares e inconsistentes significavam que a maioria das empresas esperava, em média, dois anos por uma licença. Outro problema significativo enfrentado pelos emissores era a falta de planos de gestão específicos para o uso comercial de espécies e territórios, bem como de ferramentas de monitoramento adequadas para garantir que a comercialização fosse sustentável. Isso deixou poucos incentivos para as empresas explorarem cadeias de valor e estabelecerem negócios que melhorem a bioeconomia da Colômbia.

Para apoiar a implementação técnica e institucional de processos, o projeto Unleashing NTFPs centrou-se em quatro intervenções principais:

- Consulta ativa, que envolveu vários grupos de partes interessadas para discutir os aspectos técnicos e jurídicos do novo decreto, garantir que o regulamento fosse prático, e que um novo decreto seria inclusivo em termos de quem ele beneficiaria e como.
- Desenvolvimento de procedimentos técnicos, liderado pelo Instituto Alexander von Humboldt, que resultou na produção de um protocolo padrão com diretrizes gerais sobre a gestão de espécies.
- Desenvolvimento de protocolos específicos para espécies como referência para consulta e licenças de colheita.
- Aceleração da implementação para demonstrar a eficácia do novo marco legal, fornecendo treinamento às autoridades ambientais sobre sua implementação, bem como apoio para emitir as primeiros quatro licenças para duas empresas florestais na Colômbia - [Naidiseros del Pacífico SAS](#) e [Planeta SAS](#).

Os principais resultados até o momento

- O feedback das partes interessadas de 391 participantes foi compilado e submetido ao governo para revisão, após 15 workshops realizados on-line e presencialmente, envolvendo autoridades ambientais, instituições públicas e empresas interessadas em adquirir PFMNs.
- As alterações na regulamentação incluíram critérios de seleção diferenciados e exceções para o uso de PFMNs cultivados.

- Um artigo foi realizado avaliando os riscos da biopirataria em relação ao decreto.
- A capacidade técnica das autoridades ambientais regionais para avaliar as solicitações de licença foi melhorada após a realização de cinco workshops de capacitação.
- Protocolos de gestão para seis espécies de três regiões diferentes (Pacífico, Andes e Caribe) foram criados para facilitar as avaliações das autoridades ambientais, principalmente em relação aos setores de alimentos e cosméticos.
- O Ministério do Meio Ambiente e o Instituto de Investigaciones Alexander von Humboldt concluíram um processo de consulta pública para a resolução como parte do projeto financiado pelo P4F, entre 23 de abril e 8 de maio de 2022.



Foto Juliana Tinoco

Figura 2. Foram criados protocolos de gestão para seis espécies e regiões

(para mais informações consulte o Portal Colombiano SIB e o catálogo de Plantas e Fungos Colombianos em [ColPlanta](#) e [Colfungi](#))



Como resultado da iniciativa, quatro das cinco solicitações de licença foram aprovadas para duas empresas florestais no portfólio do P4F: Naidiseros del Pacifico SAS e Planeta SAS. No caso da Naidiseros del Pacifico, três licenças foram concedidas no prazo de 5 meses após terem enviado sua solicitação, destacando a melhoria da eficiência da autoridade ambiental local graças ao novo regulamento. As licenças concedidas garantirão que mais de 14 toneladas de açaí sejam colhidas por ano em quatro regiões diferentes da Colômbia:

- Comunidade indígena Guaguandó**
Resolución 200-03-20-01-2742-2021
1,6 toneladas de naidí (por ano);
- Pizarro**
Resolución 122 of 2022
3,84 toneladas de naidí (por ano);
- Usaraga**
Resolución 120 of 2022
3,84 toneladas de naidí (por ano);
- Cajambre**
0750 No. 0754-0649 of 2021
4,03 toneladas de naidí (por ano durante 5 anos);



Entrevista com Adriana Santa Méndez

Foto Fred Mauro



Adriana Santa Méndez era diretora de Florestas, Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos do Ministério do Meio Ambiente da Colômbia no momento em que a entrevista foi concluída. Em 2017, quando o país enfrentou seu maior aumento no desmatamento em décadas, o Ministério viu os PFNMs como uma oportunidade para combater essa tendência e criar incentivos para que as comunidades vissem a proteção como uma solução financeira. Como afirmou Adriana em relação ao P4F:

"Em 1996, havia a necessidade de ampliar a produção de PFNMs. O Governo Nacional identificou a necessidade de regulamentação e de fortalecer a gestão e o uso sustentável das florestas através dos PFNMs. Como resultado, nasceu o Decreto 690/2021, que define a gestão e o uso sustentável dos PFNMs e esclarece a definição e a segurança jurídica dos PFNMs na Colômbia."

Foto Fred Mauro



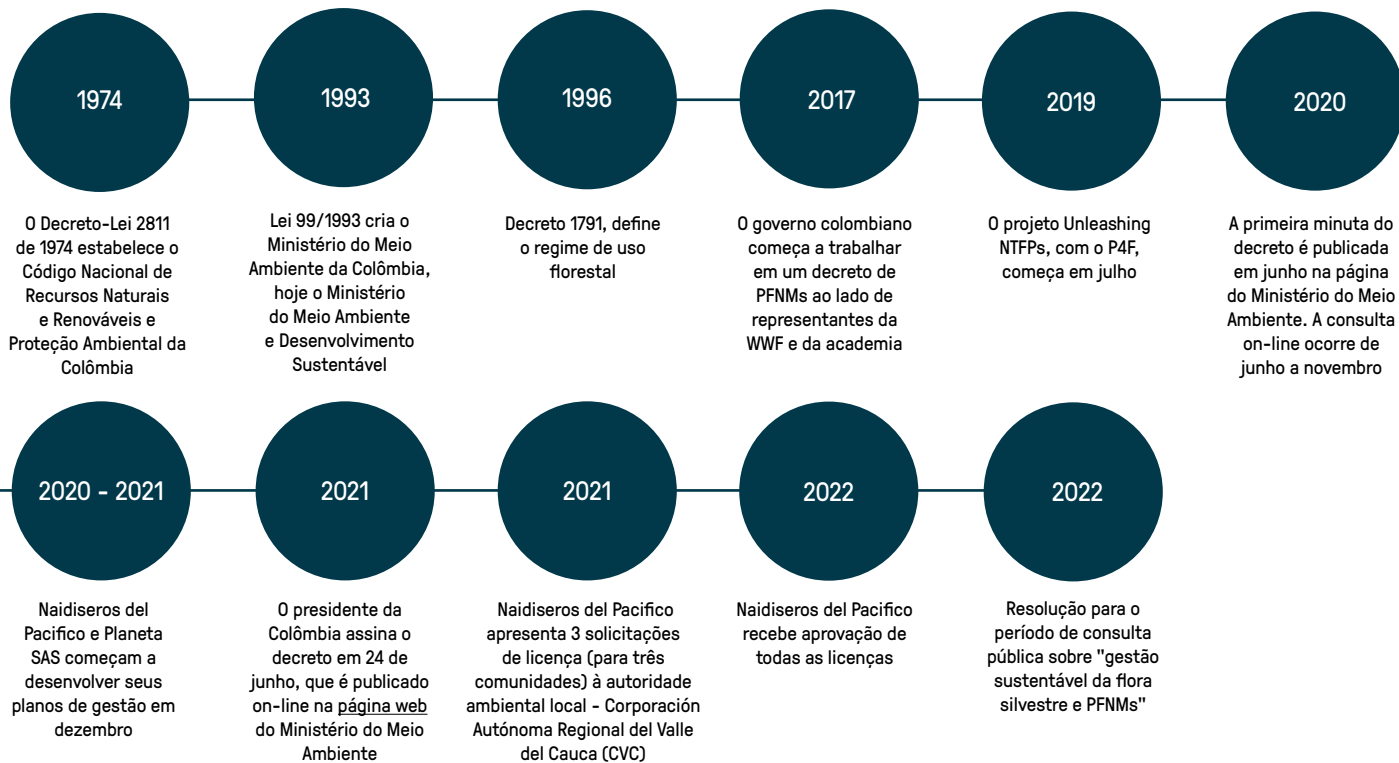
Trabalhando em estreita colaboração com especialistas técnicos e a sociedade civil, o decreto reconheceu a comercialização do que hoje é uma indústria de 4 bilhões de pesos (equivalente a 800 milhões de libras). A emenda da política de 2021 ajudará a garantir que o decreto agora seja operacionalizado, para permitir que a Colômbia desenvolva um sistema jurídico para a silvicultura sustentável, juntamente com orientações e diretrizes.

Adriana continuou: "O decreto define especificamente o manejo da flora silvestre na floresta natural. Nesse sentido, por exemplo, dependendo de onde o ecossistema se encontra, ele procura promover o uso e a gestão sustentáveis de frutos e plantas, e que seu uso e os requisitos de acessibilidade sejam acompanhados por concessões ou licenças para uso doméstico, comercial ou particular".

Açaí ou Naidí | *Euterpe oleracea*



O cronograma dos marcos do projeto



Entrevista com Felipe García

Foto Fred Mauro

Felipe García é o coordenador de estratégia de bioeconomia do Instituto de Investigaciones Alexander von Humboldt, instituto de pesquisas ligado ao Poder Executivo do Governo da Colômbia. Felipe e sua equipe foram responsáveis por liderar o engajamento do projeto com atores institucionais e comunidades para projetar os seis inventários de espécies.

De acordo com o coordenador, o decreto criou "regras claras do jogo" entre as empresas e as autoridades ambientais em relação às expectativas em termos de seus planos de gestão e responsabilidades de proteção florestal. Além disso, ele afirmou que, para as autoridades, a nova emenda fornece "orientação clara sobre qual é a informação mais importante a ser solicitada a uma empresa".

O instituto atuou como um facilitador para garantir que as organizações locais, comunidades e atores com diferentes interesses não fossem apenas consultados, mas ativamente envolvidos na criação do decreto em conjunto: "Um decreto não é apenas algo que o presidente assina; ele deriva desse exercício local, que deve ser realizado de forma participativa", comentou Felipe.

"O projeto permitiu testar a implementação do decreto, tanto com as empresas quanto com as autoridades. Isso foi possível graças ao financiamento do projeto em todos os territórios, aos espaços de negociação e a todos os



desenvolvimentos necessários ao lado de empresas e autoridades ambientais que, neste caso, são pioneiras no uso de produtos não madeireiros".

Com 33 autoridades ambientais subnacionais e centenas de empresas potencialmente interessadas em solicitar licenças, o próximo passo para Felipe e sua equipe (com o apoio do P4F) será produzir material pedagógico para todos os atores envolvidos, e projetar uma abordagem para garantir que as informações sejam transferidas e implementadas de forma eficaz.

Agraz | *Vaccinium meridionale*

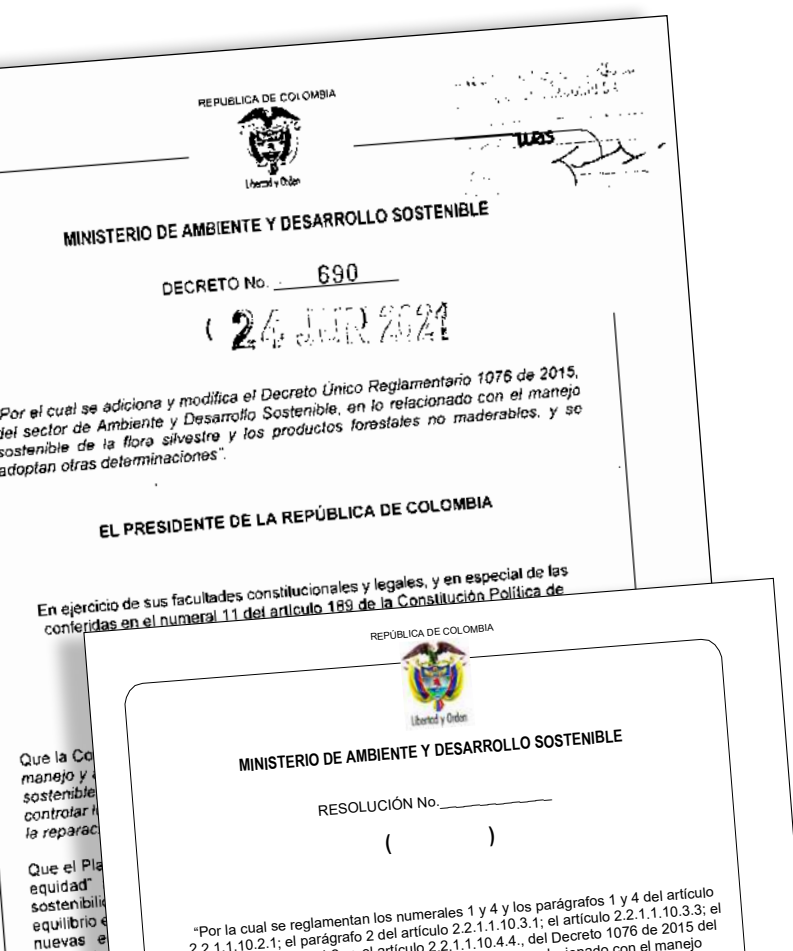
Principais contribuições do Decreto 690/2021

"Quando você pensa em PFNMs, você pensa em óleos, cascas e sementes, o que é muito normal para algumas pessoas. Mas posso explorar isso e transformar em um negócio? A quantidade de dinheiro ou material que pode ser usado a partir de uma floresta é infinita".

Paulo Pulgarín, Associado de Investimentos do P4F

Ao tornar o processo de solicitação de licença mais eficiente, o decreto agilizará as aprovações para as empresas. Do ponto de vista das autoridades ambientais locais, é uma ferramenta que fornece orientação para avaliar certos tipos de solicitações de licenças. "O decreto nos dá diretrizes iniciais, detalhadas pela resolução, que ajudam a determinar como avaliar as solicitações de licença", disse Sneydher Rangel, Autoridade Ambiental de Santander. Angela Burgos-Herrera, vice-diretora de conhecimento ambiental da Corponariño, acrescentou: "O decreto é um instrumento muito mais técnico, operacional e favorável à comunidade. Ele define com precisão as unidades de medição, as condições para os ecossistemas e as condições padronizadas para acessar esses recursos".

Do ponto de vista comunitário, graças ao decreto os produtores podem obter diretamente uma licença para suas terras, o que ajudará a escalar os esforços da comunidade para a expansão de PFNMs e metodologias. "Isso é muito importante porque, especialmente para essas novas empresas de produtos não madeireiros, o processo é projetado para as comunidades locais, pois os pequenos agricultores raramente vão à cidade para vender ou comprar, e eles não estão muito familiarizados com a burocracia. Então, o que o governo tem que fazer é ajudá-los a obedecer à lei. O Estado deve atuar como um facilitador para o desenvolvimento. Por isso, a regulamentação que o decreto oferece é muito importante", afirmou Edgar Montenegro, diretor-presidente da Corpocampo.



Papéis de cada uma das instituições na estratégia de engajamento multissetorial

René Lopez, Professor de Silvicultura, PFNMs e Etnobotânica da Universidade Distrital Francisco José de Caldas, lembrou: "Em 2017, Nayid, de Negocios Verdes, e Guillermo Múrcia, do Ministério do Meio Ambiente, entraram em contato comigo porque sabiam que estávamos trabalhando para gerar um catálogo de produtos florestais não madeireiros. Em seguida, começamos a colaboração em um nível pessoal. Nós nos encontrávamos com Guillermo à tarde no ministério e começávamos a trabalhar no rascunho do documento. Em seguida, o WWF também aderiu, seguido pela Comunidade Econômica Europeia e, finalmente, pelo P4F. Esta é um exemplo de como sempre precisamos trabalhar com autoridades, ministérios, academias e organizações internacionais".

Várias organizações participaram na investigação e desenvolvimento dos novos regulamentos.

Governo nacional

A visão estratégica do governo colombiano de promover o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, combater o desmatamento com o apoio do P4F concentrou-se no desenho da estrutura de governança para a gestão de PFNMs. O governo apoia o projeto com regulamentações legais anteriores e oferece novos marcos legais para um processo de implementação mais eficiente, rigoroso e responsável.

"O ministério atua como diretor da política, regulando o que é estabelecido pelo decreto em termos de acesso a esses recursos. Em um segundo nível, existem Corporações Autônomas Regionais que desempenham um papel importante, atuando como autoridade ambiental no território a quem as comunidades submetem suas solicitações de licença. As comunidades têm o melhor conhecimento de sua área, estruturam o projeto e o implementam".

Adriana Santa Méndez, ex-diretora de florestas, biodiversidade e serviços ecossistêmicos, MADS

Autoridades Ambientais

Enquanto o Ministério do Meio Ambiente atua como entidade reguladora pública, de acordo com os termos estabelecidos pelo Decreto 690/2021, as Corporações Autônomas devem acompanhar o envio, avaliação e monitoramento das solicitações de licenças. As autoridades ambientais são responsáveis por aprovar as licenças e fornecer concessões para permitir o uso de recursos da flora silvestre não madeireiros na floresta. Sua função também inclui monitorar o território quando as licenças estão sob revisão estrutural ou quando ocorrem visitas técnicas. Elas então precisam controlar e monitorar se o que foi aprovado pela licença e os termos estabelecidos pelo decreto são cumpridos.

Instituto Alexander von Humboldt

O mandato do Instituto Alexander von Humboldt inclui a promoção, coordenação e execução de pesquisas científicas destinadas a fomentar o conhecimento, a conservação e o uso sustentável dos PFNMs colombianos. A equipe do Instituto Humboldt se dedicou à execução técnica do projeto, incluindo o envolvimento com atores institucionais e comunidades locais, a gestão e coordenação da criação de seis inventários de espécies, incluindo a coleta de dados e o envolvimento da comunidade (com o apoio de consultores externos). Antes da aprovação do decreto, a equipe do Instituto Humboldt organizou oportunidades de diálogo com as comunidades produtoras. Desde a aprovação, a equipe vem trabalhando em estratégias para garantir sua correta implementação e disseminação em diferentes níveis da comunidade.

Asociación Nacional de Empresarios de Colombia (ANDI)

A ANDI esteve ativa durante todo o processo que resultou no decreto. Por meio dela, o Instituto Humboldt conseguiu entrar em contato com outras empresas que estavam gerando valor a partir de PFNMs não conhecidos pelo projeto. A participação da ANDI tem sido essencial para envolver a comunidade empresarial, tornando o processo mais simples e prático, dadas as realidades no terreno:

"Para as autoridades ambientais podemos realmente oferecer um exercício pedagógico mais simples, mas com as empresas, é mais difícil porque elas são muito diversas. Por isso, fizemos uma parceria com a Associação Nacional de Empresários da Colômbia (Asociación Nacional de Empresarios de Colombia-ANDI), pois representam o canal de comunicação entre as empresas, para comunicar os benefícios do decreto e a possibilidade de gerar relações mais próximas entre as empresas e as autoridades ambientais. A fase de implementação envolvendo todos os seus atores em todo o território nacional é, portanto, essencial".

Felipe García, coordenador de estratégia de bioeconomia, Instituto de Investigaciones Alexander von Humboldt

Comunidades de produtores

Os produtores são responsáveis pelo cumprimento do decreto e dos protocolos relacionados que especificam regras para a produção. Nesse sentido, também são responsáveis pelo monitoramento a nível comunitário da política, pela expansão dos mercados e pela ampliação do nível de impacto que a política pode ter.

"Os produtores sempre buscaram um foco diferenciado de acordo com sua escala e características, e acredito que esse foi um compromisso que se refletiu no decreto. Isso identificou pequenos, médios e grandes usuários e produziu requisitos diferenciados para a implementação do decreto. A participação das comunidades também foi importante".

Maria Claudia Torres, gerente de projetos, Instituto Humboldt

"O programa é muito importante porque pode ser dimensionado e, na verdade, imaginamos um projeto muito maior. Agora queremos adicionar mecanismos de captura de carbono nesses sistemas agroflorestais e, através da instalação de painéis solares, estamos avaliando como expandir para um projeto mais abrangente usando outros fundos nacionais, como o Fondo Selva e fundos internacionais. O decreto, portanto, ajudou a pavimentar o caminho para maiores desenvolvimentos".

Edgar Montenegro, Corpocampo

Consumidores

Não há mercados sem consumidores. Consumidores conscientes de PFNMs e produtos derivados são, portanto, componentes essenciais que contribuem para o sucesso desses produtos nos mercados colombiano e global.

"O papel do consumidor é muito importante, mas a maioria das pessoas não conhece o processo por trás do que está comendo ou consumindo. Então, também precisa haver um foco na educação sobre o que a floresta pode oferecer através dessa política pública. A educação, nesse sentido, precisa transcender a corporação autônoma e a comunidade e deve chegar ao próprio consumidor. O consumidor é quem usa diretamente o que a floresta oferece".

Sandra Sguerra, Conselheira do Ministério do Meio Ambiente, anteriormente no Departamento de Planejamento de Desenvolvimento Nacional da Colômbia – DNP

Cooperação internacional

Como a produção de PFNMs ainda é um mercado relativamente novo, há a oportunidade de posicionar e fortalecer melhor os atores da cadeia de valor, o que pode resultar na identificação de vários novos produtos e oportunidades de negócios. A cooperação internacional está desempenhando um papel de promoção de pesquisas que gerem protocolos claros

Foto Torres Juan



Guayaba chamba | *Campomanesia lineatifolia*

para a produção e comercialização de diferentes produtos e identificação do potencial para exportação ou consumo local. Além disso, pode apoiar a rastreabilidade, a sustentabilidade e a certificação em todas as empresas, para garantir que os produtos sejam totalmente sustentáveis e que não estejam contribuindo para a perda de florestas ou outras externalidades negativas. Isso pode funcionar para apoiar a distribuição justa e equitativa dos benefícios em relação à valorização, promoção e proteção dos sistemas tradicionais de conhecimento.

"Como podemos garantir que um produto florestal possa ser usado sem resultar em erosão cultural, sem afetar negativamente os territórios e culturas locais? Assim, os sistemas de conhecimento tradicionais não são perdidos, mas fortalecidos, e até podem gerar benefícios para a comunidade local. Porque desta forma pode haver crescimento econômico para o país e todos os atores da cadeia de valor, o que garantirá florestas em pé por muito tempo".

Sandra Sguerra, Consultora do Ministério do Meio Ambiente, anteriormente no Departamento Nacional de Planejamento da Colômbia – DNP



Rumo a uma abordagem participativa

Durante o projeto, foram realizadas diferentes atividades de participação pública, incluindo 5 workshops em 2019 e 2016, nas cidades de Florencia, Cali, Bogotá, Medellín e Montería. Os workshops foram realizados de forma consultiva, apresentando a proposta do decreto e reunindo as preocupações, sugestões e comentários dos participantes. Após a emissão do decreto, aproximadamente 61 pessoas de três cidades (Sincelejo, Villa de Leyva e Quibdó) participaram, desde comunidades locais até representantes de autoridades ambientais, para entender o conteúdo e adquirir ferramentas para navegar no novo decreto. As atividades proporcionaram oportunidades para os participantes fazerem perguntas, por exemplo, sobre a definição de PFNMs e as oportunidades em torno de seu uso sustentável. Ser capaz de receber contribuições das partes interessadas no terreno permitiu que a equipe técnica entendesse melhor as preocupações e assuntos que ainda não haviam sido abordados, o que também permitiu que os protocolos fossem criados com maior compreensão e envolvimento das comunidades locais.

Os parceiros entrevistados e os participantes dos workshops avaliaram a metodologia participativa desenvolvida pelo projeto, e identificaram que ela promovia uma troca de experiências e um maior envolvimento dos produtores. É esperado que isso leve a uma melhor implementação do decreto e a uma melhoria no ambiente de negócios para os PFNMs.

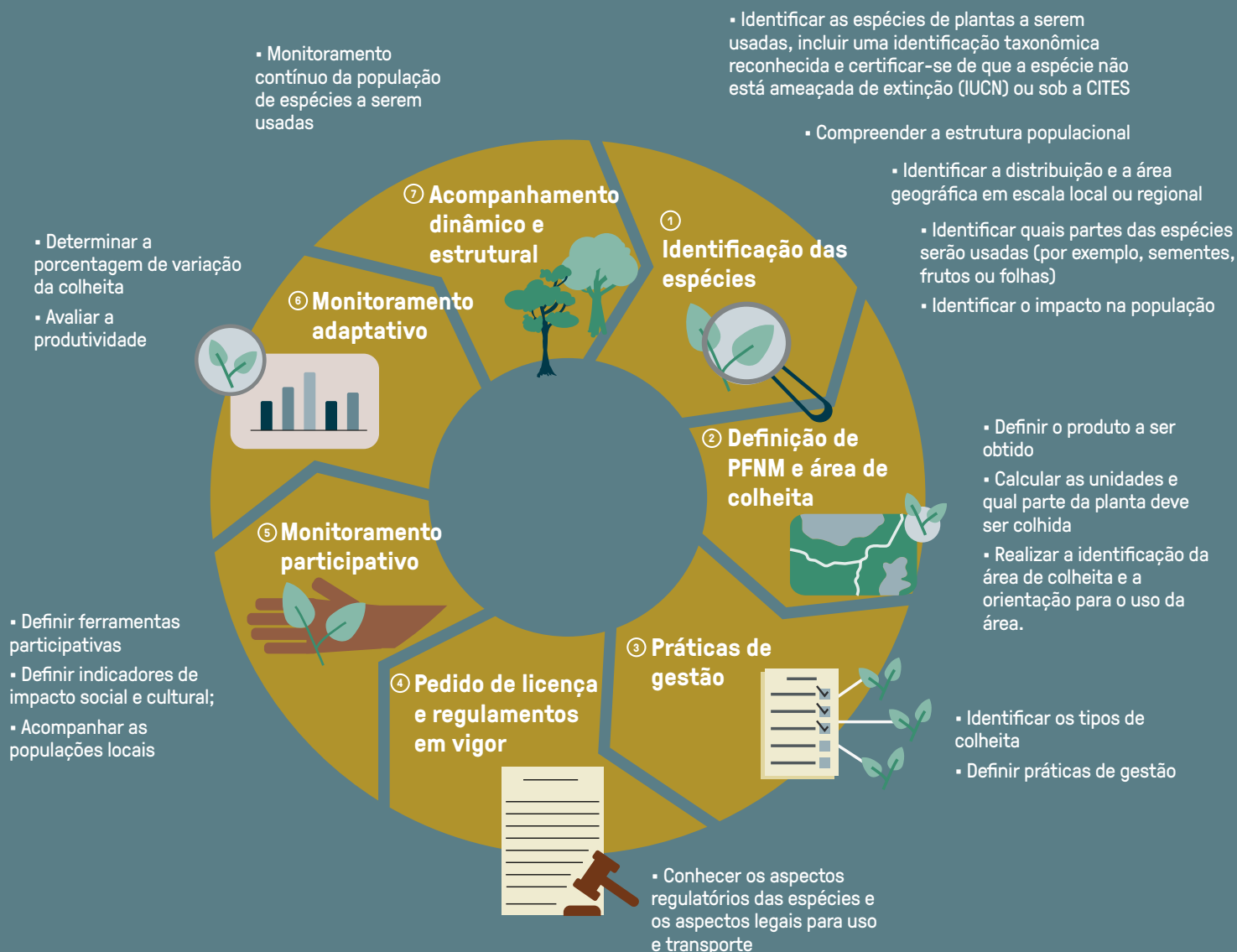
"Os workshops permitiram uma abordagem abrangente ao decreto. Temos três escritórios regionais, além da sede e poder realizar webinars ajudou a nos comunicar com nossos muitos funcionários, e é bom que todos possam acessar essas informações".

Jully Forero, sub-direção de controle e gestão ambiental em Cormacarena, autoridade ambiental do departamento de Meta

Os inventários de espécies foram compilados por comunidades de colheita com o conselho de pesquisadores especializados, especialmente após as restrições relacionadas ao trabalho de campo devido à COVID-19. Foi planejado, inicialmente, que o trabalho de campo seria realizado inteiramente pelos pesquisadores de campo do projeto, mas, dadas as limitações de viagem, os membros da comunidade foram contratados e receberam papéis específicos na coleta de dados para o inventário, sob a supervisão dos pesquisadores. Houve, portanto, um nível pronunciado de envolvimento da comunidade e, graças a essa experiência, marcos para o desenvolvimento de conhecimentos técnicos foram incluídos na segunda fase da iniciativa.

Com base nas diferentes localidades onde o açai é colhido (Buenaventura - Valle del Cauca e Vigía del Fuerte - Antioquia), representantes da empresa Naidiseros del Pacífico foram escolhidos para participar dos estudos técnicos. Os membros selecionados faziam parte das comunidades afrodescendente e indígena, e vinham de áreas que possuem modelos comuns de gestão dos recursos do solo. Os representantes participaram do processo de pesquisa desde o início, reuniram-se com o consultor técnico uma vez por mês para ajudar a identificar as quantidades a serem solicitadas e elaboraram termos de referência para a contratação de consultores.

Etapas fundamentais para desenvolvimento de um protocolo para produto florestal não madeireiro (PFNM)



Entrevista com Edgar Montenegro, CEO da Corpocampo

Foto Fred Mauro

Edgar Montenegro é o CEO e cofundador da Corpocampo, uma empresa de base comunitária localizada nas regiões do Pacífico e da Amazônia colombiana. O P4F apoiou a Corpocampo no desenvolvimento de sistemas agroflorestais para espécies de palmeiras envolvendo ex-combatentes como produtores em uma fazenda de 100 hectares, além de melhorar a cadeia de valor de duas frutas amazônicas: cupuaçu e camu-camu. Graças a esta cooperação, 70 mil hectares de florestas foram protegidos, de acordo com as medidas de conservação descritas no decreto. Além disso, 800 hectares estão sendo utilizados para estabelecer sistemas agroflorestais com pequenos produtores em cinco municípios do departamento de Putumayo.



A história da Corpocampo começou em Putumayo, na Amazônia colombiana, quando Edgar viu o potencial de apoiar os agricultores locais a produzir palmitos em vez de culturas ilícitas. A ideia de formar uma cooperativa foi criada em uma região conhecida por conflitos e grupos armados que datam de 1998.

"Começamos a produzir açai em 2009. Naquela época, eu disse que se tivéssemos 30 mil palmeiras, teríamos o potencial para estabelecer uma fábrica. Foi assim que a ideia começou e começamos a produção, e chegamos a 8 toneladas em 2015. Quando as pessoas viram o potencial dos frutos, começamos a atraí-las. Colhemos 10 toneladas, depois 30 toneladas em 2016, 70 toneladas em 2017 e em 2018 chegamos a 300 toneladas de frutos. Isso gerou desenvolvimento".

A história de Edgar é semelhante a de outros em Putumayo que lutaram para ganhar a vida com a venda de PFNMs. "Meu pai cultivava plantas de coca quando éramos pequenos,

pois havia a necessidade de gerar renda. Lembro-me de meu pai cultivar café, mandioca e cacau, mas não havia ninguém para comprá-los", ele disse. Não ter um mercado para vender esses bens foi uma das razões pelas quais fundou a Corpocampo, para assegurar que os produtores tenham uma garantia de que seus bens serão comprados.

"Hoje assinamos contratos de compra por 15 anos para garantir que suas vendas futuras sejam garantidas. Essa garantia assegura que os produtores cuidarão da floresta porque sabem que ela pode gerar renda. Você pode realmente amar a floresta e estar ciente dela, mas se seus filhos estiverem com fome, não há possibilidade de cuidar dela, você é forçado a derrubar árvores para sobreviver e ganhar a vida. Se os produtos forem colhidos de forma permanente e gerarem renda, os agricultores serão os primeiros a cuidar da floresta".



Desafios para o futuro

Do ponto de vista governamental, há três conjuntos de desafios para implementar o decreto: o primeiro diz respeito à gestão florestal territorial, que exige alinhamento direto entre autoridades ambientais, municípios territoriais e as comunidades. O segundo se refere à educação de potenciais empresas sobre as peculiaridades da produção sustentável de PFNMs e de espécies nativas silvestres, avaliando a viabilidade da exploração comercial de cada variedade vegetal que deve então ser incluída no decreto. O terceiro desafio está associado à falta de propriedade da terra por muitas das pessoas e comunidades que querem colher e usar os PFNMs, o que impõe desafios técnicos para fornecer toda a documentação necessária para ser incluída na licença de colheita.

Outro desafio do projeto são as ferramentas adequadas para produtores de diferentes portes. De acordo com o decreto existente, produtores de diferentes portes terão necessidades diferenciadas. Isso significa que para produtores menores pode ser muito caro contratar especialistas para realizar pesquisas preliminares.

É também um desafio o fato de a implementação do decreto dizer respeito à presença de grupos armados e atividades ilegais em zonas de conflito do narcotráfico. Como afirmou Edgar Montenegro,

"Estas são áreas em que precisamos de cooperação e apoio internacionais constantes para que possamos continuar a nossa atividade, a fim de apoiar os produtores a encontrar outras fontes de renda."

As ferramentas de informação precisam considerar as especificidades políticas e institucionais de cada região da Colômbia, e devem abordar os incentivos e desincentivos para o cumprimento do decreto, bem como as desigualdades econômicas e sociais na área. A participação da comunidade nos processos de consulta é limitada a representantes e tomadores de decisão, que podem viajar para as cidades onde as atividades de consulta são realizadas, o que pode levar à exclusão. Os processos on-line ampliam o alcance, embora, novamente, estejam disponíveis apenas para aqueles com acesso à Internet e que são alfabetizados digitalmente. A

próxima fase do projeto considerará como enfrentar alguns desses desafios.

Outro aspecto importante a ser levado em conta pensa como evitar impactos negativos para os produtores menores, informais, comunitários e indígenas de PFNMs, se o processo de legalização for tão desafiador que as pessoas não se candidatem. A pesquisa sobre os diferentes processos regionais, bem como o número de comunidades indígenas ou empresas interessadas na colheita de PFNMs, podem ser uma maneira de evitar que apenas empresas maiores se beneficiem do decreto. De um modo geral, é necessária mais investigação sobre os possíveis impactos negativos da formalização de empresas em comunidades indígenas, afrodescendentes e rurais, que têm pouca ou nenhuma experiência na produção comercial, e isso será considerado à medida que a iniciativa avança.

Foto: Archivo del proyecto



Próximas etapas

A próxima fase manterá o impulso do decreto, continuando o diálogo com várias partes interessadas e apoiando solicitações de licença para estimular novas oportunidades de negócios.

Para informar às empresas e às autoridades ambientais sobre o potencial de desenvolvimento de PFNMs, o projeto criará uma ferramenta para ajudar as partes interessadas a entender as etapas necessárias para elaborar e enviar solicitações de licença e expandir o número de protocolos disponíveis. O projeto continuará a facilitar as etapas que se concentram em empresas ou grupos de acordo com seus conhecimentos técnicos em uma região e/ou um determinado produto.

O P4F continuará a apoiar empresas pequenas e locais para expandir suas produções e mercados na Colômbia. Exemplos da América Latina incluem:

- Apoiar duas pequenas empresas, [Naidiseros del Pacífico SAS](#) e [Planeta SAS](#), de propriedade e gerenciadas por pessoas que vivem nas áreas florestais do Pacífico Colombiano, através de investimentos feitos para fortalecer a cadeia de valor do açaí e do palmito;
- Apoiar a região pós-conflito de Putumayo na consolidação das cadeias de suprimento de produtos nativos para uma marca colombiana de alimentos sustentáveis, a [Corpocampo](#);
- Trabalhar em conjunto com a multinacional peruana AJE, através de sua afiliada de bebidas sustentáveis [Amarumayu](#), para expandir seu fornecimento de frutas nativas na Colômbia, abrindo oportunidades comerciais para as comunidades;
- Apoiar a inovação em parceria com a empresa [Ecoflora](#), primeira a desenvolver um corante azul natural aplicável a indústrias como alimentos e cosméticos; e
- Apoiar a expansão dos mercados de produtos de cuidados domésticos sustentáveis que também promovem a proteção da biodiversidade ao lado da marca [Ecohome](#).

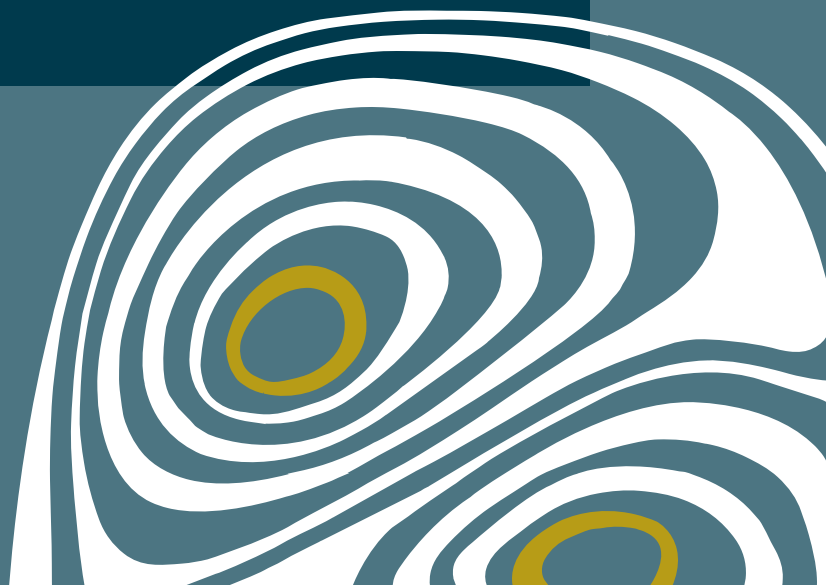
Parte 2 - 2023

A Fase 2 do projeto Unleashing Non-Timber Forest Products (NTFPs) visa promover a gestão e o uso sustentáveis dos PFNMs, reconhecendo seu potencial para gerar oportunidades de subsistência, conservação da biodiversidade e crescimento econômico para os pequenos agricultores na Colômbia. A este respeito, o projeto desenvolveu com sucesso cinco novos planos de gestão com cinco empresas de base florestal, para espécies de produtos florestais não madeireiros: Aguaje, Agraz, Sapucaia, Guaimaro e Mil pesos palm. Esses planos servem como ferramentas essenciais para orientar práticas de colheita sustentáveis e garantir a viabilidade no longo prazo dos recursos de PFNMs.

Além disso, o projeto colaborou com a CorpoAmazonía para desenvolver dois novos protocolos específicos de espécies, um dos quais envolve uma associação liderada por mulheres chamada AMAZUR, que ilustra a dedicação do projeto em trabalhar com diversas partes interessadas em facilitar a gestão de recursos com base na comunidade e inclusiva.

A resolução que apoia o decreto 690 passou por consulta pública, e deve ser assinada pelo Ministério do Meio Ambiente em 2023. Esta resolução proporcionará um quadro regulamentar sólido que reforça a gestão sustentável dos PFNMs, contribuindo, em última análise, para os objetivos do projeto da Fase 2 do projeto Unleashing NTFPs.

Por fim, um total de 10 workshops de capacitação foram concluídos (5 em 2019 e 5 em 2021), envolvendo empresas, comunidades e órgãos ambientais. Esses workshops foram essenciais para aprimorar os conhecimentos, habilidades e redes necessárias para que as partes interessadas gerenciem efetivamente os PFNMs, apoiando assim os objetivos mais amplos do projeto de promover a gestão e a conservação florestais sustentáveis, tanto nacional quanto regionalmente.



Referências

SiB, 2022. "Biodiversidad en cifras". Disponível em <https://cifras.biodiversidad.co/> .

Arango, Johana Herrera, 2018. "Collective land tenure in Colombia: data and trends." CIPRO Infobrief. Disponível em https://www.cifor.org/publications/pdf_files/infobrief/6877-infobrief.pdf.

Bernal, Rodrigo et al. "Catalogo de Plantas y Liqueus de Colombia". Universidad Nacional de Colombia. Disponível em: <http://catalogoplantasdecolombia.unal.edu.co/en/> .

Consejo Nacional de Política Económica y Social, 2018, "Bioeconomía - para una Colombia Potencia viva y diversa: Hacia una sociedade impulsada por el Conocimiento". P.26. Disponível em: https://minciencias.gov.co/sites/default/files/upload/paginas/bioeconomia_para_un_crecimiento_sostenible-qm_print.pdf .

CONPES 3934. "Política de crecimiento verde", julho de 2018. Disponível em <https://www.minambiente.gov.co/wp-content/uploads/2021/08/conpes-3934-de-2018.pdf>.

Foto: Project Archive



Este estudo de caso foi desenvolvido pela Partnerships for Forests na América Latina, em colaboração com a equipe de monitoramento e avaliação

Marcio Sztutman
Diretor Regional

Felipe Faria
Gerente Regional

Martin Belcher & Stephanie Andrei
Monitoramento e Avaliação

Isabella Granero
Monitoramento e Avaliação

Juliana Tinoco
Relações Externas e Conhecimento

Paulo Pulgarin
Associado de Investimentos

Texto
Maria Rita Villela

Revisão
Stephanie Andrei

Design
Estúdio da Julia


Partnerships for
Forests

 **UK Government**


Palladium
MAKE IT POSSIBLE

S Y S T E M I Q